

Eneida Leal Cunha

**MARGENS:
MULTICULTURAIS,
DIASPÓRICAS,
PÓS-COLONIAIS**

Conceitos como os de pós-colonialismo, identidades diaspóricas e multiculturalismo são examinados por Stuart Hall em coletânea de ensaios publicada recentemente no Brasil.

Em julho de 2000, na abertura do VII Congresso da ABRALIC, em Salvador, o intelectual afro-britânico-caribenho Stuart Hall apresentou-se evocando Machado de Assis e “o espírito” das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, para justificar a opção de começar a sua conferência quase pelo final, por uma “nota de pé de página”, informando, segundo ele, algo inédito: o papel da Bahia na pré-história dos Estudos Culturais. Referia-se à importância que Gilberto Freyre e Roger Bastide, ao lado de Herskovits, Fernando Ortiz, Pryce-Mars e outros nomes da antropologia dedicados ao estudo dos sincretismos religiosos e da transculturação, tiveram em sua formação, nos anos 50. O estudante jamaicano, que chegara à Grã-Bretanha em meio ao fluxo de migrantes caribenhos do pós-guerra e queria estudar Henry James, defrontou-se, na Europa, com a evidência de pertencer a uma região “privada de cultura própria”, por resultar da intersecção das múltiplas tradições culturais e da diversidade dos aportes populacionais que, historicamente, formaram o Caribe.

Essa introdução cortês, bem humorada, poderia ter sido apenas uma estratégia de familiarização entre o conferencista, sua audiência e a cidade ou o país onde falava pela primeira vez. Mas Stuart Hall desfaz a impressão de tática retórica ao enunciar o tema a ser desenvolvido na conferência, intitulada “Diasporas, or the logics of cultural translation” (Diásporas ou as lógicas da tradução cultural). **A Bahia influenciou a pré-história dos Estudos Culturais porque o Brasil, como as demais “zonas de contato” resultantes da primeira fase da globalização – leia-se a expansão do capitalismo, da ocidentalidade e do imperialismo europeu entre os séculos 15 e 19 –, faz parte do que denomina “sociedades traduzidas” ou “sociedades diaspóricas”, marcadas temporal e espacialmente pela incontornável separação de tudo que possa ser pensado ou construído como seus lugares de origem, sua autenticidade, seu começo.**

Da Diáspora, título dado à coletânea de ensaios e entrevistas de Stuart Hall organizada por Liv Sovik, que a Editora UFMG acaba de publicar, é também um estímulo à inclusão, na agenda dos debates culturais no Brasil, de uma perspectiva político-cultural e uma terminologia – ou de uma figuração analítica – que ainda pode soar a muitos como exótica. Tanto quanto pareceu exótico, à inteligência nacional, o modo como o mesmo Machado de Assis, discretamente lembrado por Hall, foi apreciado em um outro lançamento editorial recente no país. De um ponto de vista diametralmente oposto às formulações teórica e politicamente insubmissas, reversivas e desconstrutoras, oriundas da

crítica cultural contemporânea, Harold Bloom – um arauto do cânone ocidental – incluiu, em sua eleição dos “cem autores mais criativos da história da literatura”, o “afro-descendente” Machado de Assis, declarando-o “o maior literato negro da história da literatura universal”. Entre a gratificação pelo reconhecimento do mérito do escritor brasileiro e o mal-estar com a visibilidade daquilo que todos sabem, mas nunca é considerado de forma explícita quando se trata da apreciação estética, as repercussões do novo livro de Bloom exibem o impasse brasileiro no trato das questões raciais. Seu veredicto, ao grifar a afro-descendência, simultaneamente inclui e exclui Machado dessa comunidade criativa, imaginada como racialmente branca e culturalmente afinada pela ocidentalidade estética.

As proposições de Stuart Hall sobre a “condição diaspórica” vão além da perspectiva em que o termo circula mais amplamente em nossos dias. O conceito de diáspora vem sendo usado com frequência nos diversos campos das ciências sociais e humanas, para designar os milhões de escravos africanos usados no processo colonial entre os séculos 15 e 19, que formaram o mapa do “Atlântico negro”, conforme Paul Gilroy; ou referido ao fluxo contemporâneo e globalizado de migrantes – tão intenso e desregulado, segundo Hall, quanto o fluxo atual dos capitais. **A diáspora que emerge dos ensaios de Hall atravessa essa dupla referência a deslocamentos populacionais, pretéritos ou presentes, e caracteriza, de modo complexo, a condição histórica e político-cultural de muitas sociedades, a “condição diaspórica”, marcada pela transculturação, pelo hibridismo, pela tradução, pela hifenização ou dupla textualidade.**

Para delinear a “condição diaspórica”, o crítico recupera a sua referência mais antiga, o exílio e a fuga dos hebreus da Babilônia liderada por Moisés, presente nas metáforas da insubmissão negra – “toda a narrativa da colônia, da escravidão e da colonização está reinscrita na narrativa judaica”. Essa ancestralidade histórica e imaginária da experiência de deslocamento é articulada por Hall à atualidade da África reconstruída enquanto significante ou metáfora de tudo aquilo que o ocidente moderno negou ou reprimiu, posicionando em condição de subalternidade. Por isto, pode-se afirmar, como Hall o faz, que a memória da África, relida na contemporaneidade, tem potência para “estorvar” os imaginários nacionais constituídos em diferentes contextos coloniais e, ao mesmo tempo, interromper a modernidade ocidental e hegemônica.

Para desenvolver este eixo fértil da sua concepção da diáspora, que pode ser lido nos trabalhos mais recentes incluídos na coletânea – datados a partir de 1996 e todos eles inéditos no Brasil –, Hall apropria-se tanto da contribuição teórico-filosófica da *différance* derridiana quanto da eficácia descritiva do dialogismo, da multiacentualidade, propostos por Bakhtin, pondo-os a serviço do jogo político-cultural prognosticado por Gramsci, da necessária substituição da “guerra de manobras” por uma “guerra de posições” culturais. Assim, a “condição diaspórica” é proposta, simultaneamente, no plano teórico-crítico, como um eficaz conceito da crítica pós-colonial e, no plano político, como o mais decisivo fator de destituição da centralidade cultural do ocidente.

A “estética diaspórica” produzida no Novo Mundo colonizado ou emergente das minorias étnico-raciais que habitam as metrópoles contemporâneas – resultante, em qualquer das circunstâncias, da combinação de seres humanos, culturas e idéias que convivem em diferenciadas e desequilibradas relações de poder – é impura, híbrida, marcada pela transculturação ou, dito de outra forma, é efeito

da subversão de modelos e da tradução cultural. Nessa perspectiva, poder-se-ia, sem risco de impropriedade, aproximar a “estética diaspórica” de outra metáfora relativa às culturas oriundas dos processos coloniais, bem mais familiar às análises brasileiras e mesmo latino-americanas: a condição ou a estética antropofágica, de matriz oswaldiana.

O valor principal da reintrodução conceitual da antropofagia, da metáfora da devoração, a partir do modernismo brasileiro, está na instauração de uma imagem de potência para a atividade cultural subalterna, capaz, em um só golpe, de reverter hierarquias culturais instituídas e, plagiando Hall, “estorvar” os discursos da cordialidade ou o mito da democracia racial (e cultural). Como na “condição diaspórica”, também na concepção de uma “cultura antropofágica” são afirmadas a impureza, a prevalência da secundariedade e os efeitos da transculturação, a “co-presença, interação e entrosamento das compreensões e práticas (...) no interior de relações de poder radicalmente assimétricas”.

Entretanto, uma leitura produtiva de Stuart Hall – que, reiteradamente, frisa em seus ensaios a especificidade dos processos histórico-culturais e adverte contra o alto grau de abstração, implícito na generalização de conceitos ou operadores críticos contemporâneos –, deve incentivar não a ênfase na analogia entre experiências histórico-culturais conjunturalmente distintas, mas o questionamento e a revisão intelectual e política do instrumental de avaliação disponível. Nesse sentido, deve-se ponderar sobre o quanto permanece inscrita na metáfora antropofágica, para falar a diferença cultural brasileira, a exclusão ou o recalcamento da afro-descendência, que constituiu a cena primária para o imaginário da nacionalidade. Ou ainda, o quanto a eleição do ritual antropofágico como metáfora dos processos culturais pode obliterar o nexo entre cultura, formação social e tensões raciais.

Em outro ângulo, a “condição diaspórica” trabalhada por Stuart Hall, ao contemplar os deslocamentos humanos e a colonização como constituidores da exterioridade periférica que torna visível o ocidente, afina-se, em potencialidade crítica, com a defesa que faz da noção de “pós-colonial”. **São contundentes na argumentação de Hall, por um lado, a crítica à tradição marxista que preserva a periodização histórica confinada na centralidade européia e, por consequência, elege como narrativa mestra a transição entre feudalismo e capitalismo (“este último, desenvolvendo-se ‘organicamente’ nas estranhas do primeiro”, ironiza Hall).** O centramento europeu relega a expansão colonial à condição de subredes locais, marginais, na história do capitalismo ocidental. Por outro, é também contundente a convocação para que se considere a amplitude temporal e a amplitude espacial dos processos coloniais. No primeiro caso, ao ressaltar a duração e a irreversibilidade dos efeitos culturais e históricos da exploração colonial, os quais persistem, com outras configurações, nos novos Estados-nação ou nas sociedades descolonizadas, que mantêm dentro de si relações desiguais de poder e as relações de exploração herdadas da história colonial; no segundo, sobre a extensão espacial, ao afirmar que “a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais”, estas também marcadas de forma distinta mas igualmente intrínseca e intensa pela ação colonizadora.

Enquanto elaboração teórico-crítica, “Quando foi o pós-colonial” é o mais radical e veemente ensaio publicado na coletânea brasileira. Nele, são mapeadas por Hall as principais restrições postas atualmente ao termo, as quais em boa parte, admite, derivam da familiaridade com dois outros termos formados por

derivação análoga, igualmente incômodos para a crítica de vertente marxista: pós-modernidade e pós-estruturalismo. **Sem recorrer, explicitamente, aos já consagrados argumentos de Jean-François Lyotard em favor do prefixo “pós” enquanto posterioridade e perlaboração, como trabalho de anamnese, e preservando o seu compromisso com a eficácia política da teorização, Hall resgata a dupla sinalização embutida nessa partícula, ao fechamento (de um evento histórico ou de uma era) e à abertura (de um processo de reavaliação crítica).** Para ele, a dupla sinalização pode deslocar o intervalo entre a colonização como sistema de governo e exploração e a colonização como paradigma do conhecimento e sistema representação.

O pós-colonial, portanto, não é concebido ou ativado como termo descritivo e muito menos como atributo de mérito, mas como resultado de uma inadiável tática de “revezamento crítico” e possibilidade de renarração da “estória” (sic) da modernidade capitalista e ocidental a partir das suas margens, ou “das suas periferias dispersas em todo o Globo”, a partir de outros paradigmas, descolonizados, de análise e avaliação. Por isso mesmo a reflexão pós-colonial deve estar em sintonia com as questões relativas ao hibridismo, aos sincretismos, à complexidade das identidades diaspóricas, ao multiculturalismo – outro termo desgastado e polêmico que Hall se dedica longamente a reavaliar e recuperar, no mais recente entre os ensaios publicados na coletânea, perguntando-se, e a seus leitores, se exatamente na condição contestada, da noção de multicultural, não estaria o seu valor político atual.

Da sua interlocução com os críticos da teoria pós-colonial, resta incontestado, como saldo comum, a indicação da precariedade dos investimentos analíticos – também o admite Hall – na articulação entre a problemática pós-colonial e o capitalismo global. A exploração incipiente da dimensão econômica é hipoteticamente atribuída pelo autor à proeminência, entre os formuladores da teoria pós-colonial, dos “acadêmicos literários, que têm sido relutantes em romper barreiras disciplinares e até pós-(disciplinares)” para o avanço do argumento. Essa constatação não invalida as suas postulações maiores a favor da teoria pós-colonial, que podem ser aqui reproduzidas através da habilidosa citação que Hall faz do ensaio de Arif Dirlik, um dos críticos da pós-colonialidade (“A aura do pós-colonial na era do capitalismo global”, conhecido no Brasil em tradução publicada pela revista *Novos Estudos Cebrap*): “O pós-colonial representa uma resposta a uma necessidade genuína (...) de superar a crise de compreensão produzida pela incapacidade das velhas categorias de explicar o mundo”.

Esse diagnóstico, todavia, exige a explicitação do que efetivamente está em jogo na produção do conhecimento crítico na contemporaneidade, segundo a perspectiva de Stuart Hall: “os discursos do ‘pós’ emergiram e têm sido articulados (embora silenciosamente) contra os efeitos práticos, políticos, históricos e teóricos do colapso de um certo tipo de marxismo economicista, teleológico e, no final, reducionista”. Os ensaios da coletânea agora publicada no Brasil, por sua diferenciada datação, contêm, subjacente, uma história dos Estudos Culturais de matriz britânica, com seus paradigmas, seu legado teórico, seus instrumentais críticos e os objetos de análise privilegiados. Boa parte desses ensaios, principalmente os datados até o final dos anos 80, testemunham o quanto da vontade política, da energia intelectual e do rigor teórico de Hall foram investidos na revisão ou na requalificação do marxismo, para torná-lo apto à abordagem da cultura, numa visada contemporânea, e à preservação do que, em *Espectros de Marx*, Jacques Derrida reivindica como a demanda inadiável e incontornável do nosso presente: a possibilidade de uma “promessa” de futuro que se contraponha ao fantasma da herança – colonial, poder-se-ia acrescentar aqui.

A bela apresentação dos ensaios de Stuart Hall escrita por Liv Sovik sugere ao leitor que inicie a leitura do volume pela entrevista concedida a Kuan-Hsing Chen, divulgada em 1996. Trata-se de uma recomendação providencial, se se quer reconstituir um diálogo exemplar entre o vivido, a elaboração intelectual e a atividade teórico-crítica. Nessa entrevista, podemos ler a narração, em tom personalíssimo, de uma história paradigmática para a compreensão das subjetividades e da reflexão frutos das diásporas, ou, mais precisamente, da formação do intelectual afro-descendente: “Aos poucos, vim a reconhecer que era um caribenho negro, como qualquer outro. (...) Levei muito tempo para conseguir escrever dessa maneira, pessoalmente. Antes, eu só escrevia sobre isso analiticamente. Nesse sentido, levei cinquenta anos para voltar para casa. (...) Era o espaço que não conseguia ocupar, um espaço que tive que aprender a ocupar.”

“Que ‘negro’ é esse na cultura negra” é o ensaio incluído na coletânea, datado de 1992, que talvez exponha com mais contundência a palavra e a postura do intelectual negro, por um lado, pelo tom simultaneamente analítico e prescritivo – empenhado, no jargão mais familiar; por outro, pelo diálogo sistemático com outros intelectuais afro-descendentes, dedicados à problemática cultural numa perspectiva diaspórica. Ao mesmo tempo, é o texto com apelo mais imediato à atenção dos que estudam as expressões culturais brasileiras contemporâneas. Paradoxal ou sintomaticamente, no entanto, trata-se de um texto cujo título (“What is this ‘Black’ in Black Popular Culture”), embora direto e singelo, apresenta, para a tradução brasileira, o maior grau de dificuldade. Nem no português falado coloquialmente no Brasil nem no jargão crítico, o sintagma “cultura popular negra” é frequente, seja por temor da redundância – hipótese, infelizmente, menos plausível –, seja porque, fora de círculos restritos nos campos da crítica e da militância negra, ainda prevalece uma compreensão de cultura popular que a dissocia da veiculação massiva e da indústria cultural – e é justamente no contexto complexo dessas mediações que a questão interessa a Hall.

Se não no conjunto da obra do crítico, com certeza na reunião de trabalhos agora publicada no Brasil, “Que ‘negro’ é esse na cultura negra” pode ser lido como um divisor e, também, como uma passagem. Preserva, da reflexão desenvolvida até os anos 80, o investimento analítico na questão do popular, com base marxista revigorada; dialoga com “A relevância de Gramsci para o estudo da raça e da etnicidade”, texto seu de 1986; contempla, com minúcia, a conjuntura político-econômica contemporânea, em sua tendência globalizante, desdobrando a “genealogia do presente” proposta por Cornel West; estrutura todas as suas formulações na contra-mão da herança ocidental, propugnando uma teoria e uma prática política capazes de operar contra os essencialismos e os binarismos que interditam a reversão da subalternidade. Principalmente, **é dessa margem, da “cultura popular negra” contemporânea e seus produtivos impasses entre a afirmação identitária, o racismo, a apropriação mercantil e a reprodução globalizada, que Hall prepara o terreno para lançar-se na radicalidade desconstrutora da teoria pós-colonial e da amplificação conceitual da condição diaspórica, legível nos trabalhos mais recentes, com uma recomendação – bem ao seu estilo: “não caímos em um alegre desconstrucionismo e na fantasia de uma impotente utopia da diferença. É sobremaneira tentador imaginar que, só por que é desconstruído teoricamente, o essencialismo fica deslocado politicamente”.**

